

# PREGÃO ELETRÔNICO

90149/2025

## CONTRATANTE (UASG)

928121

## OBJETO

Aquisição de medalhas e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Maranhão – PMMA.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

149.811,78 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e onze reais e setenta e oito centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/11/2025 às 8h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço, por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

O processo será exclusivo para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI..



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES...	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS.....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19
ANEXO I - Termo de Referência	
ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato	



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90149/2025**

**Processo Administrativo SIGA nº PMMA/00013/2025**

A **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**, por meio da Secretária adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC, instituída e criada nos termos do **Decreto Estadual nº 38.338, de 06 de junho de 2023**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **Menor Preço GLOBAL por item**, de interesse da Polícia Militar do Maranhão.

Nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 38.425 de 20 de julho de 2023 alterado pelo Decreto Estadual nº 38.479 de 15 de agosto de 2023, Decreto Estadual nº 38.136, de 06 de março de 2023, Lei Estadual nº 9.529, de 23 de Dezembro de 2011, da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações e demais normas aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Edital.

O Pregão terá início por meio da INTERNET, através do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

A sessão pública do pregão, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dias e horário, abaixo discriminados:

<b>UASG:</b>	928121
<b>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</b>	24/11/2025
<b>HORÁRIO:</b>	08h00min
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	ABERTO E FECHADO
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO:</b>	<a href="https://www.comprasnet.gov.br">https://www.comprasnet.gov.br</a>

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o horário local, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico na documentação relativa ao certame.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos neste Edital, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de medalhas e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Maranhão – PMMA, a ser executado integralmente na quantidade e especificações constantes nos anexos deste Edital e nos termos da proposta de preços adjudicada em apenso.
2. A licitação será realizada por **item**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
3. O valor máximo total a ser pago para o cumprimento do objeto desta Licitação é de **149.811,78 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e onze reais e setenta e oito centavos)**.
4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
5. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema COMPRASNET e o descritivo do objeto do Termo de Referência deste edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.
6. No campo "descrição detalhada do item", no sistema COMPRASNET contém as mesmas descrições do Termo de Referência (Anexo I do edital). Devendo, portanto, ser observada estas especificações conforme consta no edital.

**7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), e se enquadrem nas categorias de MEI, EPP e ME.
- 7.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015. Em atendimento ao que preconiza o art. 9º da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015, assim como o estabelecido na Lei nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, a qual institui no âmbito do Poder



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Executivo Estadual, o Programa de Compras Governamentais do Maranhão, em que fica reservada a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas –ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

7.7. Não poderão disputar esta licitação:

**7.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**7.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**7.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**7.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**7.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**7.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**7.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**7.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

8. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

**8.1.1.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**8.1.2.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O impedimento de que trata o item 7.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**8.3.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.6.2 e 7.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**8.4.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**8.5.** O disposto nos itens 7.6.2 e 7.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**8.6.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** A vedação de que trata o item 7.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 18.1.1 e 18.12.1 deste Edital.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**9.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**9.3.2.** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**9.3.3.** Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**9.3.4.** Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**9.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**9.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 9.33 ou 9.5 sujeitará ao licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**9.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**9.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**9.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**9.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

seguintes campos:

**10.1.1.** *valor unitário do item;*

**10.1.2.** *Marca;*

**10.1.3.** *Fabricante;*

**10.1.4.** Quantidade cotada, devendo oferecer proposta em quantitativo igual ao previsto para a contratação, conforme o Termo de Referência anexo ao edital.

11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

15. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

17.1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

17.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**17.2.1.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**17.2.2.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência em anexo.

17.3. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

17.4. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

17.5. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

**18. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

- 18.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 18.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 18.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 18.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 18.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;
- 18.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 18.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 18.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 18.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 18.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 18.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 18.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 18.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 18.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 18.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 18.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 18.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 18.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**18.12.2.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**18.12.3.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**18.12.4.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

18.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**18.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 14.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**18.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**18.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**18.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**18.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**18.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

18.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

18.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

18.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

18.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

18.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

18.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**18.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**18.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**18.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**18.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**18.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**18.21.2.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**18.21.3.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**18.21.4.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**18.21.5.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**18.21.6.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**18.21.6.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**18.21.6.2.** Empresas brasileiras;

**18.21.6.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**18.21.6.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

18.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

18.23. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

19. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
20. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
22. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
23. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
24. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**26. DA FASE DE JULGAMENTO**

26.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**26.1.1.** SICAF;

**26.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**26.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

26.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

26.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**26.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**26.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**26.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

26.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

26.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 9.4 e 9.5 deste edital.

26.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

26.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 26.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 26.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 26.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 26.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 26.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

26.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**26.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**26.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**26.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

26.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**26.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**26.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

**26.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**26.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

26.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

26.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**26.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

seguinte o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

26.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**26.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**26.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

26.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

26.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

26.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

26.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

26.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **27. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

27.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**27.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

27.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

27.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

27.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**27.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

27.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados via sistema eletrônico de comunicação a distância pelo site do Compras.gov.br, em original ou fotocópia autenticada por cartório ou por servidor da Administração, com a devida identificação deste, desde que conferido (s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, podendo ser solicitado ainda, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do (a) pregoeiro (a), o envio para o seguinte endereço: Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL/PMMA, no Quartel do Comando Geral da PMMA, situado na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Bairro Calhau, São Luís/MA.

27.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

27.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

27.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

27.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

27.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**27.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

27.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**27.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

27.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**27.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**27.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

27.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**27.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**27.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

27.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**27.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**27.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

27.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

27.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

27.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

27.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **28. DOS RECURSOS**

28.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

28.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

28.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**28.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**28.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**28.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**28.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

28.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

28.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

recebimento dos autos.

28.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

28.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

28.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

28.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

28.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br);

## **29. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**29.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**29.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**29.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**29.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**29.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**29.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**29.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**29.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**29.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**29.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**29.1.5.** fraudar a licitação;

**29.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**29.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**29.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**29.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**29.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**29.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

29.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 29.2.1.** advertência;
- 29.2.2.** multa;
- 29.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 29.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 29.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 29.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 29.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 29.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 29.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**29.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**29.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

29.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

29.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

29.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

29.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

29.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

pretenda produzir.

29.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

29.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

29.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

29.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **30. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

30.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

30.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: em campo próprio no sistema mediante acesso ao sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br); encaminhadas via e-mail: [cslpmma@gmail.com](mailto:cslpmma@gmail.com).

30.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**30.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

30.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

31.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

31.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ou do resultado do processo licitatório.

31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e <https://pm.ssp.ma.gov.br>

31.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 31.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 31.11.2.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

São Luís/MA, 04 de novembro de 2025.

Aline Pinheiro Vasconcelos  
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO  
4ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL

TERMO DE REFERÊNCIA

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMMA/00013/2025 – SIGA)

**1. OBJETO**

Aquisição de medalhas militares e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Estado do Maranhão.

Os materiais serão adquiridos conforme condições e exigências estabelecidas no processo e nos termos da tabela abaixo.

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	0003228	455971	Medalha do Serviço Policial Militar – 10 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características: a) material: vermelho; b) no anverso: ao centro a efigia de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES” c) no verso: um ramo de louro e outro de	1 – Und	150	Item 001	181,33	27.199,50



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;</p> <p>d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO, BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço. COR DE BRONZE – Para 10 anos A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.					
2	0029087	455971	Medalha do Serviço Policial Militar – 20 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características:	1 – Und	150	Item 002	186,33	27.949,50



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>a) material: vermelho;</p> <p>b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”</p> <p>c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;</p> <p>d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO, BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36 mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço. COR DE PRATA – Para 20 anos A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.1 – Und					
3	0003230	455971	Medalha do Serviço	1 –	150	Item	181,33	27.199,50



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>Policial Militar – 30 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características: a) material: vermelho; b) no anverso: ao centro a efigia de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES” c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda</p>	Und		003		



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO, BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.</p> <p><b>COR DE OURO –</b> Para 30 anos A medalha será</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.					
4	0014360	455971	Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão” Conforme Decreto nº 6.917, de 11 de agosto de 1978 (DOEMA 21/09/1978) Medalha com 35 mm de diâmetro, estampada em latão (liga de cobre e zinco) com acabamento dourado obtido por galvanoplastia. Anverso: Ao centro, em relevo, a efígie de “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão” encimado pela inscrição “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão”. Reverso: Dois ramos de café cruzados na base encerrando os seguintes dizeres distribuídos em linhas: “1836” – “Estado do” – “Maranhão” – “Polícia” – “Militar”. A inscrição “Maranhão” será separada das outras por uma estrela em relevo.	1 – Und	130	Item 004	184,33	23.962,90



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>Fita: Tecida em viscose chamalotado com 35 mm de largura e 45 mm de largura, afinando em bisal, tendo 6 faixas sendo, da esquerda para direita, verde com 2,5 mm, vermelho com 13 mm, azul celeste com 2 mm, branco com 2 mm, azul escuro com 13mm e amarelo com 2,5 mm.</p> <p>Barreta: A barreta será feita de metal coberto com a mesma fita da medalha, com 36 mm de largura por 10 mm de altura.</p> <p>Roseta: Do tipo plissé, feita em metal, coberto com a mesma fita da medalha.</p> <p>Estojo: Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul e cetim branco na tampa.</p>					
5	0003229	455971	<p>Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa Conforme Decreto nº 38.075, de 02 de janeiro de 2023.</p> <p>A Medalha terá as seguintes especificações: A “Medalha Mérito Ensino e Pesquisa Policial Militar Cel QOPM Geovane Bezerra da Silva”, será cunhada em latão (liga de cobre e zinco), na</p>	1 – Und	40	Item 005	186,33	7.453,20



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>cor dourada, em formato circular, com 40 mm de diâmetro, e terá as seguintes características:</p> <p>I – no anverso:</p> <p>a) na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “ENSINO E PESQUISA POLICIAL MILITAR”;</p> <p>b) na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, dois ramos de louros;</p> <p>c) centralizado no conjunto, um globo medindo 25 mm, na cor azul celeste, com seus meridianos e paralelos inscritos em preto, tendo sobreposto ao mesmo, na parte superior, o símbolo das Polícias Militares e, na parte inferior, um livro aberto, de folhas brancas e corpo púrpura, servindo de base para uma pena dourada.</p> <p>II – no reverso:</p> <p>a) em alto relevo, na cor dourada, a efígie do Coronel QOPM Geovane Bezerra da Silva, tendo na sua base, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “DIRETOR DE ENSINO”;</p> <p>b) o conjunto será</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>circundado, na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “CEL QOPM GEOVANE BEZERRA DA SILVA” e, na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco invertido “26 DE ABRIL DE 1993”.</p> <p>III – a fita:</p> <p>a) de gorgorão de seda chamalotada, com 34 mm de largura por 45 mm de comprimento, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha.</p> <p>b) friso central dividido em cinco palas, sendo as duas externas, com 14 mm de largura, na cor azul real e as três internas, com 2 mm de largura, nas cores preta, púrpura e branca.</p> <p>IV – barreta e passador:</p> <p>a) de metal coberto com a fita da medalha, tendo sobreposto um passador do mesmo metal da medalha, com 34 mm de largura por 10 mm de altura, carregado de uma pena.</p>					
6	0043753	455971	Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo	1 – Und	100	Item 006	184,66	18.466,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>Conforme Decreto nº 38.076, de 02 de janeiro de 2023</p> <p>A Medalha terá as seguintes especificações:</p> <p>A "Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos - Mérito Administrativo" será cunhada em prata de lei, para os Oficiais e as Praças, em formato circular, com 40 mm de diâmetro e terá as seguintes características:</p> <p>I – no anverso: em alto-relevo, um escudo circular, de cor azul, que tem ao centro o brasão das Polícias Militares circundado pela inscrição "MEDALHA DE MÉRITO ADMINISTRATIVO" em ouro, desenhado sobre uma engrenagem de cor azul, e duas folhas de louros lançadas na base;</p> <p>II – no reverso: em alto-relevo, o brasão das polícias militares, duas folhas de louros lançadas na base, encimadas pelas inscrições, "Planejamento", "Organização", "Direção" e "Controle";</p> <p>III – a fita: de gorgorão</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			de seda chamalotada, com 35 mm de largura, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha, dividida em quatro palas iguais, nas cores azul, vermelho, preto e amarelo; IV – suporte sustento da medalha: em argola de metal dourado; V – barreta e passador: de metal dourado coberto com a mesma fita da medalha, com moldura retangular medindo 35 mm por 10 mm, carregado de uma réplica miniaturizada do anverso da medalha ao centro, do mesmo material.					
7	0014662	55891	ESPADA DE COMANDANTE GERAL Conforme Decreto nº 21.999, de 28 de março de 2006. Espada, personalizada, confeccionada em lâmina ligeiramente arqueada com insígnia da Polícia Militar, no tamanho único de 1 (um) metro; guarda-mão com a insígnia da Polícia Militar forjada; Adamascados folheados a ouro 24 quilates; Bainha de tubo metálico lisa laqueada, pintada na cor preta	1 – Und	2	Item 007	8.790,59	17.581,18



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			com brilho, adornada com guarnições douradas. Lâmina em aço inoxidável AISI 420, forjada, temperada e adamascada com banho de níquel e ouro. Cabo branco com filetes trançados dourados. Cruzeta no modelo mamulenco do século XVII, fundido em liga metálica de Zn-Mn-Al e Cu (ZAMAC). Recebendo polimento, tratamento de superfície cobreado, niquelado e banhado a ouro 24Klts. Apresenta ao centro, em uma face adornos com emblema Polícia Militar e na outra face ramos de carvalho.					
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>							<b>149.811,78</b>	

Em razão da quantidade de detalhes a serem observados no fornecimento das medalhas, bem como para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá, mediante agendamento prévio, visualizar os modelos disponibilizados na 5ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão, situada no Quartel do Comando Geral, à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA.

Havendo divergência entre as especificações do Catálogo de Materiais (CATMAT) do Ministério da Economia, e as especificações consignadas neste instrumento, devem preponderar estas últimas, quanto as características dos materiais que a Administração deseja adquirir.

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

10.818, de 27 de setembro de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO**

Não será adotado o sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação em virtude do objeto ser específico para a Polícia Militar do Maranhão, deste modo será adotado a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no tipo menor preço, pelo critério de julgamento por item.

A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 15.941/23, Decreto 16.118/23, Decreto nº 16.122/23, Decreto nº 16.138/23, Decreto nº 11.462/23, bem como dos Decretos Estaduais nº 38.136/23 e Decreto nº 38.137/23, e suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

## **3. JUSTIFICATIVAS**

### **3.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO**

Objetivando registrar sua história, materializando seus feitos, a Polícia Militar do Maranhão utiliza mecanismos de reconhecimento dos seus profissionais e personalidades civis que foram importantes para a Corporação, instituindo diferentes medalhas, condecorando autoridades que com ela contribuíram e policiais militares que tenham obtido destaque nos campos intelectual ou operacional.

Nessa esteira, o Estado do Maranhão, através do Decreto nº 6.917, de 11 de agosto de 1978, aprovou o regulamento para outorga, cerimonial de entrega e uso de condecorações na Polícia Militar, estabelecendo as formas, condições para concessão das condecorações e disposições sobre seu uso, frisando que elas são de “ordem honorífica e medalhas militares ou premiais” (Art. 2º).

Entre as condecorações em vigor na Instituição convém citar a Medalha Brigadeiro Falcão, aprovada mediante o Decreto Estadual 6.927, de 21 de setembro de 1978; a Medalha do Serviço Policial Militar, instituída pelo Decreto 8.630, de 28 de maio de 1982, compreendendo o a medalha de 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de serviços; a Medalha Gonçalves Dias – Mérito Intelectual, Decreto nº 21.441, de 30 de agosto de 2005; a Medalha do Mérito Operacional, criada pelo Decreto nº 22.451, de 21 de setembro de 2006; Medalha do Mérito Militar “Governador Luís Domingues”, Decreto 21.998, de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

28 de março de 2006 e Medalha do Alto Comando da Polícia Militar do Maranhão, instituída pelo Decreto 26.473, de 29 de abril de 2010.

Na mesma esteira, os Oficiais da Polícia Militar do Maranhão que ocuparam o cargo de Comandante Geral, quando da sua sucessão no comando da Corporação, recebem em doação a “Espada de Comandante Geral”, em reconhecimento pelo trabalho e dedicação à frente desta centenária organização, nos termos do Decreto Estadual nº 21.999, de 28 de março de 2006.

Destarte, para cumprir os citados dispositivos legais e alcançar os objetivos previstos, a Polícia Militar do Maranhão deve adquirir os materiais através da melhor proposta apresentada pelas empresas que as comercializam, agindo assim em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

### **3.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO DA CONTRATAÇÃO**

Em atendimento ao que preconiza a Lei complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, combinada com o art. 9º da Lei Estadual nº 10.403 de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI nas licitações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Estadual, estabelecido pela Lei nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, e institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Programa de Compras Governamentais do Maranhão, o processo será exclusivo para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Polícia Militar do Maranhão.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

EXERCÍCIO: 2025  
UNIDADE GESTORA: 190.110  
FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA  
SUBFUNÇÃO: 181 – POLICIAMENTO OSTENSIVO  
PROGRAMA – 0577 – MARANHÃO SEGURO  
AÇÃO – 4450 – GESTÃO DO PROGRAMA



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

SUBAÇÃO – 011852 – PRÊMIOS  
REGIÃO – 0001 – NO ESTADO DO MARANHÃO  
PLANO INTERNO – ADMGESTPMA  
FONTE – 1500 – TESOURO  
NATUREZA DA DESPESA – 3390-32

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no plano anual de contratações.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. SUSTENTABILIDADE**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **6.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS**

Na contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelo.

A Administração Pública não aceitará o fornecimento de produtos ou marcas inferiores às especificações mínimas dos materiais objeto deste Termo de Referência.

## **7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. SUBCONTRATAÇÃO**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **9.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Os materiais deverão ser entregues na 5ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Maranhão (PM/5), situado no Complexo do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA, atendendo as especificações da legislação de criação das medalhas e espadas contidas nos anexos I e II deste Termo de Referência e demais condições do processo.

Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

O Prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela Polícia Militar do Maranhão.

Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Competente, devendo a solicitação ser encaminhada à Polícia Militar do Maranhão, até 05 (cinco) dias antes do término do prazo de entrega.

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

### **9.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **11. FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **11.1. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **11.2. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas necessárias para a completa execução contratual.

## **12. GESTOR DO CONTRATO**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da contratante:

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;

Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a Contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

Comunicar à Contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;

Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

Efetuar o pagamento da Contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;

Notificar, por escrito à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da contratada:

Entregar todos os materiais, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Contratante;

Apresentar à Contratante, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

Substituir eventuais produtos que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o termo de referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

Prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

## **15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **15.1. RECEBIMENTO**

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

## **15.2. PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA, de correção monetária.

## **15.3. FORMA DE PAGAMENTO**

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **16.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, no tipo menor preço, pelo critério de julgamento por item.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

## **16.2. FORMA DE FORNECIMENTO**

Conforme descrito no item 9.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA, deste Termo de Referência.

## **16.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **17. DAS PENALIDADES**

O descumprimento contratual ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o Contrato.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no Contrato, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. Desta forma, ficaram estimados em R\$ 149.811,78 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e onze reais e setenta e oito centavos), conforme quadro apresentado no item 1, deste Termo de Referência.

## **19. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findar-se-á com o ato de pagamento, o qual ocorrerá após a entrega definitiva do objeto, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão e ao prazo de garantia ofertado pela contratada.

## **20. DA ANTICORRUPÇÃO**

Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- a) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;

c) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

d) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

e) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

f) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

g) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 e alterações ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Lei Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula, a Parte poderá notificar a outra e exigir que essa tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável.

Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa, provando que, quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente das sanções aplicáveis à conduta, proceder à imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades devidas.

São Luís – MA, 11 de setembro de 2025

**Ten Cel QOPM Raimundo Borba Lima**  
Chefe da 4ª Seção do EMG



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS**

**Ref.:** “Aquisição de medalhas militares e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Estado do Maranhão”

**ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS**

**1) Item 001 – Medalha do Serviço Policial Militar – 10 anos**

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

a) material: vermelho;

b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”

c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;

d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de bronze para Medalha do Serviço Policial Militar – 10 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Imagem 1 – Medalha de 10 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 2 – Diploma da medalha de 10 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**2) Item 002 – Medalha do Serviço Policial Militar – 20 anos**

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

a) material: vermelho;

b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”

c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;

d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de prata para Medalha do Serviço Policial Militar – 20 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Imagem 3 – Medalha de 20 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 4 – Diploma da medalha de 20 anos de serviço



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC



Imagem meramente ilustrativa

### 3) Item 003 – Medalha do Serviço Policial Militar – 30 anos

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

- a) material: vermelho;
- b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”
- c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;
- d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de ouro para Medalha do Serviço Policial Militar – 30 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.

Imagem 5 – Medalha de 30 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 6 – Diploma da medalha de 30 anos de serviço



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC



Imagem meramente ilustrativa

#### 4) Item 004 – Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”

Conforme Decreto nº 6.917, de 11 de agosto de 1978 (DOEMA 21/09/1978).

Medalha com 35 mm de diâmetro, estampada em latão (liga de cobre e zinco) com acabamento dourado obtido por galvanoplastia.

Anverso: Ao centro, em relevo, a efígie de “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão” encimado pela inscrição “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão”.

Reverso: Dois ramos de café cruzados na base encerrando os seguintes dizeres distribuídos em linhas: “1836” – “Estado do” – “Maranhão” – “Polícia” – “Militar”.

A inscrição “Maranhão” será separada das outras por uma estrela em relevo.

Fita: Tecida em viscose chamalotado com 35 mm de largura e 45 mm de largura, afinando em bisal, tendo 6 faixas sendo, da esquerda para direita, verde com 2,5 mm, vermelho com 13 mm, azul celeste com 2 mm, branco com 2 mm, azul escuro com 13mm e amarelo com 2,5 mm.

Barreta: A barreta será feita de metal coberto com a mesma fita da medalha, com 36 mm de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

largura por 10 mm de altura.

Roseta: Do tipo plissé, feita em metal, coberto com a mesma fita da medalha.

Estojo: Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul e cetim branco na tampa.

Imagem 7 – Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 8 – Diploma da Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

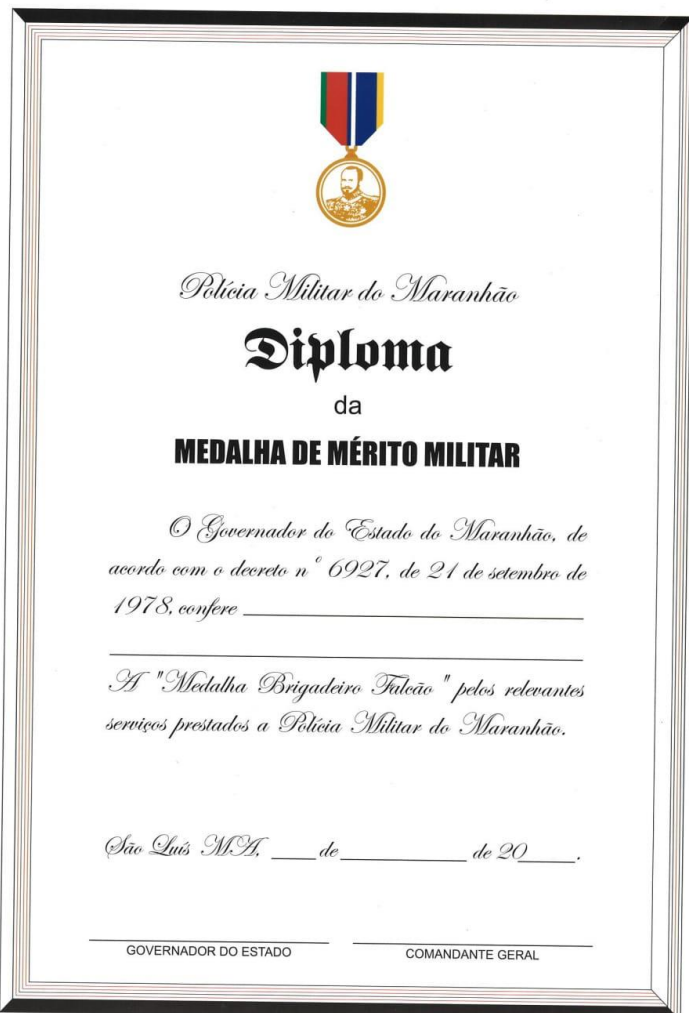


Imagem meramente ilustrativa

### 5) Item 005 – Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa

Conforme Decreto nº 38.075, de 02 de janeiro de 2023.

A Medalha terá as seguintes especificações:

A “Medalha Mérito Ensino e Pesquisa Policial Militar Cel QOPM Geovane Bezerra da Silva”, será cunhada em latão (liga de cobre e zinco), na cor dourada, em formato circular, com 40 mm de diâmetro, e terá as seguintes características:

I – no anverso:

a) na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “ENSINO E PESQUISA POLICIAL MILITAR”;

b) na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, dois ramos de louros;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

c) centralizado no conjunto, um globo medindo 25 mm, na cor azul celeste, com seus meridianos e paralelos inscritos em preto, tendo sobreposto ao mesmo, na parte superior, o símbolo das Polícias Militares e, na parte inferior, um livro aberto, de folhas brancas e corpo púrpura, servindo de base para uma pena dourada.

II – no reverso:

a) em alto relevo, na cor dourada, a efígie do Coronel QOPM Geovane Bezerra da Silva, tendo na sua base, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “DIRETOR DE ENSINO”;

b) o conjunto será circundado, na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “CEL QOPM GEOVANE BEZERRA DA SILVA” e, na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco invertido “26 DE ABRIL DE 1993”.

III – a fita:

a) de gorgorão de seda chamalotada, com 34 mm de largura por 45 mm de comprimento, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha.

b) friso central dividido em cinco palas, sendo as duas externas, com 14 mm de largura, na cor azul real e as três internas, com 2 mm de largura, nas cores preta, púrpura e branca.

IV – barreta e passador:

a) de metal coberto com a fita da medalha, tendo sobreposto um passador do mesmo metal da medalha, com 34 mm de largura por 10 mm de altura, carregado de uma pena.

Imagem 9 – Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa



Imagem meramente ilustrativa



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem 10 – Diploma da Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa



Imagem meramente ilustrativa

6) Item 006 – Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo

Conforme Decreto nº 38.076, de 02 de janeiro de 2023

A Medalha terá as seguintes especificações:

A "Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos - Mérito Administrativo" será cunhada em prata de lei, para os Oficiais e as Praças, em formato circular, com 40 mm de diâmetro e terá as seguintes características:

I – no anverso: em alto-relevo, um escudo circular, de cor azul, que tem ao centro o brasão das Polícias Militares circundado pela inscrição "MEDALHA DE MÉRITO ADMINISTRATIVO" em ouro, desenhado sobre uma engrenagem de cor azul, e duas folhas de louros lançadas na base;

II – no reverso: em alto-relevo, o brasão das polícias militares, duas folhas de louros lançadas na base, encimadas pelas inscrições, "Planejamento", "Organização", "Direção" e "Controle";



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

III – a fita: de gorgorão de seda chamalotada, com 35 mm de largura, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha, dividida em quatro palas iguais, nas cores azul, vermelho, preto e amarelo;

IV – suporte sustento da medalha: em argola de metal dourado;

V – barreta e passador: de metal dourado coberto com a mesma fita da medalha, com moldura retangular medindo 35 mm por 10 mm, carregado de uma réplica miniaturizada do anverso da medalha ao centro, do mesmo material.

Imagem 11 – Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo



Imagem meramente ilustrativa



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem 12 – Diploma da Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo



Imagem meramente ilustrativa

### 7) Item 007 – Espada do Comandante Geral

Conforme Decreto nº 21.999, de 28 de março de 2006.

Espada, personalizada, confeccionada em lâmina ligeiramente arqueada com insígnia da Polícia Militar, no tamanho único de 1 (um) metro; guarda-mão com a insígnia da Polícia Militar forjada;

Adamascados folheados a ouro 24 quilates;

Bainha de tubo metálico lisa laqueada, pintada na cor preta com brilho, adornada com guarnições douradas.

Lâmina em aço inoxidável AISI 420, forjada, temperada e adamascada com banho de níquel e ouro.

Cabo branco com filetes trançados dourados.

Cruzeta no modelo mamulenco do século XVII, fundido em liga metálica de Zn-Mn-Al e Cu



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

(ZAMAC).

Recebendo polimento, tratamento de superfície cobreado, niquelado e banhado a ouro 24Klts.

Apresenta ao centro, em uma face adornos com emblema Polícia Militar e na outra face ramos de carvalho.

Imagem 13 – Espada do Comandante Geral



Imagem meramente ilustrativa

São Luís – MA, 11 de setembro de 2025

**Ten Cel QOPM Raimundo Borba Lima**  
Chefe da 4ª Seção do EMG



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**ANEXO 1 – PLANILHA DE LICITAÇÃO**

DADOS DO PROCESSO			
Processo:	PMMA/00013/2025	Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Órgão:	PMMA		
Objeto:	Aquisição de medalhas militares e espadas do Comandante Geral para atender as demandas da Polícia Militar do Estado do Maranhão		
DADOS DA PLANILHA DE AQUISIÇÃO			
Planilha:	001/2025	Solicitante:	PMMA
Telefone:	(98) 98481-7026	Número do PED:	
Tipo da Planilha:	Material	Unidade Orçamentária:	19110
Descrição Global:	Aquisição de medalhas militares para a Polícia Militar do Maranhão	Qtde Meses do Serviço:	
Observações:			
Data:	11/09/2025 11:45		

Tipo	Item	Código	Descrição	Unidade	Item Despesa	Qtde	Valor Unit	Valor Total	Lei 147 (%)	
ITEM	001	1	0003228	Medalha - Tipo: Tempo de serviço 10 anos; Requisito: personalizada.	1 - Un.	33390321000	150	181,33	27.199,50	
ITEM	002	2	0029087	Medalha - Tipo: prateada; Cor: prata; Característica: rema; Media: 3mm	1 - Un.	33390321000	150	186,33	27.949,50	
ITEM	003	3	0003230	Medalha - Tipo: Tempo de serviço 30 anos; Requisito: personalizada.	1 - Un.	33390321000	150	181,33	27.199,50	
ITEM	004	4	0014360	Medalha - Tipo: Mérito Brigadeiro Falcão; Requisito: personalizada.	1 - Un.	33390301600	130	184,33	23.962,90	
ITEM	005	5	0003229	Medalha - Tipo: Insígnia do mérito; Requisito: personalizada	1 - Un.	33390301600	40	186,33	7.453,20	
ITEM	006	6	0043753	Medalha - Tipo: metal com banho em ouro; Fita: sublimada, dupla face e com logomarcas do evento; Medidas: conforme termo de referência; Premiação: regional. Medalha - Tipo: metal com banho em prata; Fita: sublimada, dupla face e com logomarcas do evento; Medidas: conforme termo de referência; Premiação: regional.	1 - Un.	33390301600	100	184,66	18.466,00	
ITEM	007	7	0014662	Espada - Tipo: personalizada; Confeccionada: em lâmina ligeiramente arqueada com insígnia da Polícia Militar, forjada em aço inox 420; Tamanho: 1 (um) metro; Guarda-mão: com a insígnia da Polícia Militar forjada; Adamascados: folheados a ouro 24 quilates; bainha: em couro com apliques em bronze e folheada a ouro; estojo: em madeira de lei, revestido internamente em couro preto e cetim verde e amarelo, sendo o berço da espada em veludo azul	1 - Un.	34432520001	2	8.790,59	17.581,18	
Valor Total Global								149.811,78		



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS**

**Ref: Termo de Referência:** “Aquisição de medalhas militares e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Estado do Maranhão”

**ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS**

**1) Item 001 – Medalha do Serviço Policial Militar – 10 anos**

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

a) material: vermelho;

b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”

c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;

d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de bronze para Medalha do Serviço Policial Militar – 10 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem 1 – Medalha de 10 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 2 – Diploma da medalha de 10 anos de serviço





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Imagem meramente ilustrativa

**2) Item 002 – Medalha do Serviço Policial Militar – 20 anos**

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

a) material: vermelho;

b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”

c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;

d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de prata para Medalha do Serviço Policial Militar – 20 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Imagem 3 – Medalha de 20 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 4 – Diploma da medalha de 20 anos de serviço



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC



Imagem meramente ilustrativa

### 3) Item 003 – Medalha do Serviço Policial Militar – 30 anos

Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 que aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar.

A medalha terá as seguintes características:

- a) material: vermelho;
- b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”
- c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;
- d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos;

e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço.

Cor de ouro para Medalha do Serviço Policial Militar – 30 anos.

A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.

Imagem 5 – Medalha de 30 anos de serviço





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem meramente ilustrativa

Imagem 6 – Diploma da medalha de 30 anos de serviço



Imagem meramente ilustrativa

#### 4) Item 004 – Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”

Conforme Decreto nº 6.917, de 11 de agosto de 1978 (DOEMA 21/09/1978).

Medalha com 35 mm de diâmetro, estampada em latão (liga de cobre e zinco) com acabamento dourado obtido por galvanoplastia.

Anverso: Ao centro, em relevo, a efígie de “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão” encimado pela inscrição “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão”.

Reverso: Dois ramos de café cruzados na base encerrando os seguintes dizeres distribuídos em linhas: “1836” – “Estado do” – “Maranhão” – “Polícia” – “Militar”.

A inscrição “Maranhão” será separada das outras por uma estrela em relevo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Fita: Tecida em viscose chamalotado com 35 mm de largura e 45 mm de largura, afinando em bisal, tendo 6 faixas sendo, da esquerda para direita, verde com 2,5 mm, vermelho com 13 mm, azul celeste com 2 mm, branco com 2 mm, azul escuro com 13mm e amarelo com 2,5 mm.

Barreta: A barreta será feita de metal coberto com a mesma fita da medalha, com 36 mm de largura por 10 mm de altura.

Roseta: Do tipo plissé, feita em metal, coberto com a mesma fita da medalha.

Estojo: Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul e cetim branco na tampa.

Imagem 7 – Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”



Imagem meramente ilustrativa

Imagem 8 – Diploma da Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão”



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC



Imagem meramente ilustrativa

### 5) Item 005 – Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa

Conforme Decreto nº 38.075, de 02 de janeiro de 2023.

A Medalha terá as seguintes especificações:

A “Medalha Mérito Ensino e Pesquisa Policial Militar Cel QOPM Geovane Bezerra da Silva”, será cunhada em latão (liga de cobre e zinco), na cor dourada, em formato circular, com 40 mm de diâmetro, e terá as seguintes características:

I – no anverso:

a) na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “ENSINO E PESQUISA POLICIAL MILITAR”;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

b) na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, dois ramos de louros;

c) centralizado no conjunto, um globo medindo 25 mm, na cor azul celeste, com seus meridianos e paralelos inscritos em preto, tendo sobreposto ao mesmo, na parte superior, o símbolo das Polícias Militares e, na parte inferior, um livro aberto, de folhas brancas e corpo púrpura, servindo de base para uma pena dourada.

II – no reverso:

a) em alto relevo, na cor dourada, a efígie do Coronel QOPM Geovane Bezerra da Silva, tendo na sua base, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “DIRETOR DE ENSINO”;

b) o conjunto será circundado, na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “CEL QOPM GEOVANE BEZERRA DA SILVA” e, na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco invertido “26 DE ABRIL DE 1993”.

III – a fita:

a) de gorgorão de seda chamalotada, com 34 mm de largura por 45 mm de comprimento, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha.

b) friso central dividido em cinco palas, sendo as duas externas, com 14 mm de largura, na cor azul real e as três internas, com 2 mm de largura, nas cores preta, púrpura e branca.

IV – barreta e passador:

a) de metal coberto com a fita da medalha, tendo sobreposto um passador do mesmo metal da medalha, com 34 mm de largura por 10 mm de altura, carregado de uma pena.

Imagem 9 – Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa



Imagem meramente ilustrativa



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem 10 – Diploma da Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa



Imagem meramente ilustrativa

6) Item 006 – Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo

Conforme Decreto nº 38.076, de 02 de janeiro de 2023

A Medalha terá as seguintes especificações:

A "Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos - Mérito Administrativo" será cunhada em prata de lei, para os Oficiais e as Praças, em formato circular, com 40 mm de diâmetro e



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

terá as seguintes características:

I – no anverso: em alto-relevo, um escudo circular, de cor azul, que tem ao centro o brasão das Polícias Militares circundado pela inscrição "MEDALHA DE MÉRITO ADMINISTRATIVO" em ouro, desenhado sobre uma engrenagem de cor azul, e duas folhas de louros lançadas na base;

II – no reverso: em alto-relevo, o brasão das polícias militares, duas folhas de louros lançadas na base, encimadas pelas inscrições, "Planejamento", "Organização", "Direção" e "Controle";

III – a fita: de gorgorão de seda chamalotada, com 35 mm de largura, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha, dividida em quatro palas iguais, nas cores azul, vermelho, preto e amarelo;

IV – suporte sustento da medalha: em argola de metal dourado;

V – barreta e passador: de metal dourado coberto com a mesma fita da medalha, com moldura retangular medindo 35 mm por 10 mm, carregado de uma réplica miniaturizada do anverso da medalha ao centro, do mesmo material.

Imagem 11 – Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo



Imagem meramente ilustrativa



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD  
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC

Imagem 12 – Diploma da Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo



Imagem meramente ilustrativa

### 7) Item 007 – Espada do Comandante Geral

Conforme Decreto nº 21.999, de 28 de março de 2006.

Espada, personalizada, confeccionada em lâmina ligeiramente arqueada com insígnia da Polícia Militar, no tamanho único de 1 (um) metro; guarda-mão com a insígnia da Polícia Militar forjada;

Adamascados folheados a ouro 24 quilates;

Bainha de tubo metálico lisa laqueada, pintada na cor preta com brilho, adornada com guarnições douradas.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Lâmina em aço inoxidável AISI 420, forjada, temperada e adamascada com banho de níquel e ouro.

Cabo branco com filetes trançados dourados.

Cruzeta no modelo mamulenco do século XVII, fundido em liga metálica de Zn-Mn-Al e Cu (ZAMAC).

Recebendo polimento, tratamento de superfície cobreado, niquelado e banhado a ouro 24Klts.

Apresenta ao centro, em uma face adornos com emblema Polícia Militar e na outra face ramos de carvalho.

Imagem 13 – Espada do Comandante Geral



Imagem meramente ilustrativa

São Luís – MA, 11 de setembro de 2025

**Ten Cel QOPM Raimundo Borba Lima**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

Chefe da 4ª Seção do EMG



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2025–PMMA**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MEDALHAS MILITARES E ESPADAS DO COMANDANTE GERAL VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO – PMMA E, DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA: \_\_\_\_\_**

O Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Polícia Militar do Maranhão – PMMA, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Calhau, na cidade de São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.650.139/0001-67, neste ato representado por seu titular, o Ordenador de Despesas, Coronel QOPM WALLACE Gleydison Amorim de Sousa, CPF nº 444.538.173-04, nomeado pela Portaria nº 395/2025 – GAB/SSP, de 1 de setembro de 2025, publicada no DOE/MA – Executivo – Ano CXIX nº 163, de 04 de setembro de 2025, do outro lado como CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XXXXXXXX que originou o Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025 – CSL/PMMA e seus respectivos Anexos e da Proposta de Preços que a este integram, independentemente de transcrição e se regerá em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Aquisição de medalhas militares e espadas do Comandante Geral visando atender as demandas da Polícia Militar do Estado do Maranhão.

**1.2.** Os materiais serão adquiridos conforme condições e exigências estabelecidas no processo e nos termos da tabela abaixo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**1.3. Objeto da contratação:**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	0003228	455971	Medalha do Serviço Policial Militar – 10 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características: a) material: vermelho; b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES” c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela; d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de	1 – Und	150	Item 001	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO, BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente,					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			conforme o tempo de serviço. COR DE BRONZE – Para 10 anos A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.					
2	0029087	455971	Medalha do Serviço Policial Militar – 20 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características: a) material: vermelho; b) no anverso: ao centro a efígie de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES” c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO –	1 – Und	150	Item 002	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela; d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO. BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36 mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço. COR DE PRATA – Para 20 anos A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.1 – Und					
3	0003230	455971	Medalha do Serviço Policial Militar – 30 Anos Conforme Decreto nº 8.630, de 28 de maio de 1982 Aprova a criação, na Polícia Militar do Maranhão, da Medalha do Serviço Policial Militar. A medalha terá as seguintes características: a) material: vermelho; b) no anverso: ao centro a efigia de “Tiradentes” o Patrono das Polícias Militares ladeada ao	1 – Und	150	Item 003	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>alto pelos dizeres: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER” e na base a palavra “TIRADENTES”</p> <p>c) no verso: um ramo de louro e outro de carvalho cruzados na base encerrando os seguintes dizeres: PMMA – MÉRITO – DEDICAÇÃO – LEALDADE, tudo em linha horizontal, cujos títulos estão separados por uma estrela;d) a medalha será pendente de uma fita de gorgorão de seda de 32 milímetros de largura, de 45 milímetros de comprimento, afinando em bisal na extensão de 15mm finos os quais a ponta se prenderá à argola da medalha, da esquerda para a direita a fita apresentará 04 (quatro) listras de 08mm de largura cada uma na ordem das seguintes cores: AMARELO, BRANCO, VERMELHO e AZUL. Enlaçando a fita no alto um passador do mesmo metal da medalha com 32 milímetros de largura por 10 milímetros de altura carregado de estrela na seguinte cor e ordem: 1 (uma) estrela cor de bronze disposta a parte</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			central, para a de 10 anos, 2 (duas) estrelas de cor prata entre cores amarelo e branco, vermelho e azul, para a de 20 anos e 3 (três) estrelas cor de ouro, equidistantes entre si, para 30 anos; e) a barreta será feita de metal coberto com a mesma fita dos itens anteriores, na mesma cor e sequência, com 36mm de comprimento por 10 de altura na qual estará contida uma, duas e três estrelas nas cores bronze, prata e ouro respectivamente, conforme o tempo de serviço. <b>COR DE OURO –</b> Para 30 anos A medalha será acompanhada de um diploma, que terá as seguintes dimensões: 35 cm de comprimento e 25 cm de altura e será em papel pergaminho e Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul.					
4	0014360	455971	Medalha de Mérito Militar “Brigadeiro Falcão” Conforme Decreto nº 6.917, de 11 de agosto de 1978 (DOEMA 21/09/1978) Medalha com 35 mm de diâmetro, estampada em latão	1 – Und	130	Item 004	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>(liga de cobre e zinco) com acabamento dourado obtido por galvanoplastia.</p> <p>Anverso: Ao centro, em relevo, a effigie de “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão” encimado pela inscrição “Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão”.</p> <p>Reverso: Dois ramos de café cruzados na base encerrando os seguintes dizeres distribuídos em linhas: “1836” – “Estado do” – “Maranhão” – “Polícia” – “Militar”.</p> <p>A inscrição “Maranhão” será separada das outras por uma estrela em relevo.</p> <p>Fita: Tecida em viscosa chamalotada com 35 mm de largura e 45 mm de largura, afinando em bisal, tendo 6 faixas sendo, da esquerda para direita, verde com 2,5 mm, vermelho com 13 mm, azul celeste com 2 mm, branco com 2 mm, azul escuro com 13mm e amarelo com 2,5 mm.</p> <p>Barreta: A barreta será feita de metal coberto com a mesma fita da medalha, com 36 mm de largura por 10 mm de altura.</p> <p>Roseta: Do tipo plissé, feita em metal, coberto</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			com a mesma fita da medalha. Estojo: Estojo de madeira, forrado externamente com papel couro azul e internamente com veludo azul e cetim branco na tampa.					
5	0003229	455971	Medalha do Mérito de Ensino e Pesquisa Conforme Decreto nº 38.075, de 02 de janeiro de 2023. A Medalha terá as seguintes especificações: A “Medalha Mérito Ensino e Pesquisa Policial Militar Cel QOPM Geovane Bezerra da Silva”, será cunhada em latão (liga de cobre e zinco), na cor dourada, em formato circular, com 40 mm de diâmetro, e terá as seguintes características: I – no anverso: a) na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “ENSINO E PESQUISA POLICIAL MILITAR”; b) na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, dois ramos de louros; c) centralizado no conjunto, um globo medindo 25 mm, na cor azul celeste, com seus meridianos e paralelos inscritos em	1 – Und	40	Item 005	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>preto, tendo sobreposto ao mesmo, na parte superior, o símbolo das Polícias Militares e, na parte inferior, um livro aberto, de folhas brancas e corpo púrpura, servindo de base para uma pena dourada.</p> <p>II – no reverso:</p> <p>a) em alto relevo, na cor dourada, a efígie do Coronel QOPM Geovane Bezerra da Silva, tendo na sua base, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “DIRETOR DE ENSINO”;</p> <p>b) o conjunto será circundado, na parte superior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco “CEL QOPM GEOVANE BEZERRA DA SILVA” e, na parte inferior, em alto relevo, na cor dourada, a inscrição em arco invertido “26 DE ABRIL DE 1993”.</p> <p>III – a fita:</p> <p>a) de gorgorão de seda chamalotada, com 34 mm de largura por 45 mm de comprimento, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha.</p> <p>b) friso central dividido em cinco</p>					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			palas, sendo as duas externas, com 14 mm de largura, na cor azul real e as três internas, com 2 mm de largura, nas cores preta, púrpura e branca. IV – barreta e passador: a) de metal coberto com a fita da medalha, tendo sobreposto um passador do mesmo metal da medalha, com 34 mm de largura por 10 mm de altura, carregado de uma pena.					
6	0043753	455971	Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos – Mérito Administrativo Conforme Decreto nº 38.076, de 02 de janeiro de 2023 A Medalha terá as seguintes especificações: A "Medalha Cel. QOPM Manoel de Jesus Moreira Bastos - Mérito Administrativo" será cunhada em prata de lei, para os Oficiais e as Praças, em formato circular, com 40 mm de diâmetro e terá as seguintes características: I – no averso: em alto-relevo, um escudo circular, de cor azul, que tem ao centro o brasão das Polícias Militares circundado pela inscrição	1 – Und	100	Item 006	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			"MEDALHA DE MÉRITO ADMINISTRATIVO" em ouro, desenhado sobre uma engrenagem de cor azul, e duas folhas de louros lançadas na base; II – no reverso: em alto-relevo, o brasão das polícias militares, duas folhas de louros lançadas na base, encimadas pelas inscrições, "Planejamento", "Organização", "Direção" e "Controle"; III – a fita: de gorgorão de seda chamalotada, com 35 mm de largura, afinando em bisal, findo o qual a ponta se prenderá à argola da medalha, dividida em quatro palas iguais, nas cores azul, vermelho, preto e amarelo; IV – suporte sustento da medalha: em argola de metal dourado; V – barreta e passador: de metal dourado coberto com a mesma fita da medalha, com moldura retangular medindo 35 mm por 10 mm, carregado de uma réplica miniaturizada do anverso da medalha ao centro, do mesmo material.					
7	0014662	55891	ESPADA DE	1 –	2	Item	xxx	xxx



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			<p>COMANDANTE GERAL Conforme Decreto nº 21.999, de 28 de março de 2006. Espada, personalizada, confeccionada em lâmina ligeiramente arqueada com insígnia da Polícia Militar, no tamanho único de 1 (um) metro; guarda- mão com a insígnia da Polícia Militar forjada; Adamascados folheados a ouro 24 quilates; Bainha de tubo metálico lisa laqueada, pintada na cor preta com brilho, adornada com guarnições douradas. Lâmina em aço inoxidável AISI 420, forjada, temperada e adamascada com banho de níquel e ouro. Cabo branco com filetes trançados dourados. Cruzeta no modelo mamulenco do século XVII, fundido em liga metálica de Zn-Mn-Al e Cu (ZAMAC). Recebendo polimento, tratamento de superfície cobreado, niquelado e banhado a ouro 24Klts. Apresenta ao centro, em uma face adornos com emblema Polícia Militar e na outra face ramos de carvalho.</p>	Und		007		



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

ITEM	CÓD SIGA	COD CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	TIPO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL (R\$)							Xxx	

- 1.4.** Em razão da quantidade de detalhes a serem observados no fornecimento das medalhas, bem como para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá, mediante agendamento prévio, visualizar os modelos disponibilizados na 5ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão, situada no Quartel do Comando Geral, à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA;
- 1.4.1.** Havendo divergência entre as especificações do Catálogo de Materiais (CATMAT) do Ministério da Economia, e as especificações consignadas neste instrumento, devem preponderar estas últimas, quanto as características dos materiais que a Administração deseja adquirir;
- 1.4.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 1.4.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;
- 1.4.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 3.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 4.1.** Os materiais deverão ser entregues na 5ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Maranhão (PM/5), situado no Complexo do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA, atendendo as especificações da legislação de criação das medalhas e espadas contidas nos anexos I e II deste Termo de Referência e demais condições do processo.
- 4.2.** Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.3.** O Prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela Polícia Militar do Maranhão.
- 4.4.** Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Competente, devendo a solicitação ser encaminhada à Polícia Militar do Maranhão, até 05 (cinco) dias antes do término do prazo de entrega.
- 4.5.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

período restante. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**7.2.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**7.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**8.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**8.3.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas necessárias para a completa execução contratual.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DE CONTRATO**

**9.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**9.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**9.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**9.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**9.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;

**10.1.2.** Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.1.3.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a Contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

**10.1.4.** Comunicar à Contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;

**10.1.5.** Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

**10.1.6.** Efetuar o pagamento da Contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;

**10.1.7.** Notificar, por escrito à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**

**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1.** Entregar todos os materiais, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização;
- 11.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.3.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Contratante;
- 11.4.** Apresentar à Contratante, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- 11.5.** Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;
- 11.6.** Substituir eventuais produtos que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o termo de referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;
- 11.7.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 11.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 11.10.** Prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**12.1. DO RECEBIMENTO**

- 12.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 12.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 12.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 12.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 12.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**12.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**12.3. DO PRAZO DE ENTREGA**

**12.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**12.3.2.** Os materiais deverão ser entregues na 5ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Maranhão (PM/5), situado no Complexo do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA, atendendo as especificações da legislação de criação das medalhas e espadas contidas nos anexos I e II deste Termo de Referência e demais condições do processo.

**12.3.3.** Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**12.3.4.** O Prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela Polícia Militar do Maranhão.

**12.3.5.** Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Competente, devendo a solicitação ser encaminhada à Polícia Militar do Maranhão, até 05 (cinco) dias antes do término do prazo de entrega.

**12.3.6.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**12.4. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**12.4.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.4.2.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**12.4.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**12.4.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**13.1.** Conforme descrito no item 4. Das Condições de Entrega do termo de referência.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

**14.1.** O descumprimento do Contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

**14.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o Contrato.

**14.3.** É da competência da Contratante a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**14.4.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**15.1.** O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findar-se-á com o ato de pagamento, o qual ocorrerá após a entrega definitiva do objeto, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão e ao prazo de garantia ofertado pela contratada.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**16.1.** Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

**16.2.** Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

**16.2.1.** Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;

**16.2.2.** Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;

**16.2.3.** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

**16.2.4.** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

**16.2.5.** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

**16.2.6.** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

**16.2.7.** De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 e alterações ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Lei Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**16.3.** Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula, a Parte poderá notificar a outra e exigir que essa tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável.

**16.4.** Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa, provando que, quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

**16.5.** Se nenhuma medida corretiva for tomada, a parte notificante poderá, a seu critério, independentemente das sanções aplicáveis à conduta, proceder à imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades devidas.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**EXERCÍCIO:** 2025

**UNIDADE GESTORA:** 190.110

**FUNÇÃO:** 06 – SEGURANÇA PÚBLICA

**SUBFUNÇÃO:** 181 – POLICIAMENTO OSTENSIVO

**PROGRAMA** – 0577 – MARANHÃO SEGURO

**AÇÃO** – 4450 – GESTÃO DO PROGRAMA

**SUBAÇÃO** – 011852 – PRÊMIOS

**REGIÃO** – 0001 – NO ESTADO DO MARANHÃO

**PLANO INTERNO** – ADMGESTPMMA

**FONTE** – 1500 – TESOURO

**NATUREZA DA DESPESA** – 3390-32

**17.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**18.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO PREÇO**

**19.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 149.811,78 (Cento e quarenta e nove mil, oitocentos e onze reais e setenta e oito centavos)

**19.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**19.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REAJUSTE**

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_(DD/MM/AAAA).

**20.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**20.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**20.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO**

**21.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**21.2.** Os materiais serão entregues de acordo com a solicitação do Fiscal do Contrato, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias após a solicitação.

**21.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**21.4.** Os bens deverão ser entregues no Almoarifado Geral da Diretoria de Apoio Logístico da PMMA, situado no Complexo do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP: 65.074-220, São Luís – MA.

**21.5.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 (um) ano, ou a (metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

2. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento

irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**22.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**22.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**22.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**22.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**22.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**22.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**22.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**22.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**22.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**22.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**22.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**23.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**23.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**23.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**23.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**23.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**23.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**23.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**23.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**23.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**23.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**23.5.3.** Indenizações e multas.

**23.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**23.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC**

**24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**24.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**25.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**25.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**25.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**25.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**26.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA– FORO**

**27.1.** Fica eleito o foro da comarca desta Cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram para maior validade jurídica.

São Luís/MA,        de        de 2025.

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA        (1):

\_\_\_\_\_

CPF:

TESTEMUNHA        (2):

\_\_\_\_\_

CPF: